

INVESTIGAÇÃO EDUCACIONAL

RUA
← DE DENTRO

15

2015

GOVERNAÇÃO E TERRITÓRIO

15

2015

INVESTIGAÇÃO
REVISTA
PORTUGUESA
DE EDUCACIONAL

GOVERNAÇÃO E TERRITÓRIO



UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA **PORTO**

A GESTÃO LOCAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR
Joaquim Machado

EDUCAÇÃO, TERRITÓRIO E
GOVERNAÇÃO - O PROGRAMA APROXIMAR
E A TERCEIRA MARGEM
José Matias Alves e Ilídia Cabral

GOVERNANÇA, TERRITÓRIO E
DESENVOLVIMENTO: UMA LEITURA DAS
FINALIDADES DOS INSTITUTOS FEDERAIS
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA
AMAZÔNIA BRASILEIRA
*Arminda Rachel Botelho Mourão, Sílvia
Cristina Conde Nogueira, José Júlio César
do Nascimento Araújo e José Eurico
Ramos de Souza*

TERRITORIALIZAR A UTOPIA, CAPACITAR
A PESSOA - PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO-
REFLEXÃO-AÇÃO NA ESCOLA
SECUNDÁRIA/3 HENRIQUE MEDINA
*Fátima Braga, João Furtado, Asdrúbal
Santos, Maria Rosa Quinta e Costa,
Manuela Ferreira e Miguel Durães*

A ESCOLA ALIADA AO TERRITÓRIO – O
CASO DA ESPROARTE, UMA EDUCAÇÃO
QUE TOCA
*Catarina Nunes, José Francisco Dias e
Luísa Orvalho*

O SIGNIFICADO DO “TERRITÓRIO”
NO ÂMBITO DOS CENTROS PARA A
QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL
Isabel Sofia Fernandes Moio

A HIBRIDIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO TÉCNICA E
TECNOLÓGICA DO BRASIL
*José Júlio César do Nascimento Araújo e
Arminda Rachel Botelho Mourão*

ESTUDAR E APRENDER EM INSTITUIÇÕES
DE ACOLHIMENTO: O PAPEL DE VARIÁVEIS
INDIVIDUAIS E CONTEXTUAIS
*Catarina Oliveira, Inês Rocha e Luísa
Ribeiro Trigo*

AS FILHAS DA SÉ – UM OLHAR SOBRE AS
PRÁTICAS DE IDENTIDADE CULTURAL DE
UM GRUPO DE MULHERES EX-RESIDENTES
DA SÉ DO PORTO
*Ivaneide Mendes, Paula Braga e
Raquel Dias*



CATÓLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO



- 7 Nota de apresentação
Joaquim Azevedo
- 11 A gestão local da educação escolar
Joaquim Machado
- 35 Educação, território e governação – O programa Aproximar e a terceira margem
José Matias Alves e Ilídia Cabral
- 53 Governança, território e desenvolvimento: uma leitura das finalidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia brasileira
Arminda Rachel Botelho Mourão, Sílvia Cristina Conde Nogueira, José Júlio César do Nascimento Araújo e José Eurico Ramos de Souza
- 71 Territorializar a utopia, capacitar a pessoa – Práticas de investigação-reflexão -ação na Escola Secundária/3 Henrique Medina
Fátima Braga, João Furtado, Asdrúbal Santos, Maria Rosa Quinta e Costa, Manuela Ferreira e Miguel Durães
- 101 A escola aliada ao território – O caso da ESPROARTE, uma educação que toca
Catarina Nunes, José Francisco Dias e Luísa Orvalho
- 115 O significado do “território” – No âmbito dos centros para a qualificação e o ensino profissional
Isabel Sofia Fernandes Moio
- 139 A hibridização institucional da rede federal de educação técnica e tecnológica do Brasil
José Júlio César do Nascimento Araújo e Arminda Rachel Botelho Mourão
- 159 Estudar e aprender em instituições de acolhimento: o papel de variáveis individuais e contextuais
Catarina Oliveira, Inês Rocha e Luísa Ribeiro Trigo
- 187 As filhas da Sé – Um olhar sobre as práticas de identidade cultural de um grupo de mulheres ex-residentes da Sé do Porto
Ivaneide Mendes, Paula Braga e Raquel Dias

15/2015
(ano XV)

REVISTA
PORTUGUESA
DE

INVESTIGAÇÃO EDUCACIONAL

Apresentação

A *Revista Portuguesa de Investigação Educacional* é uma revista de publicação anual da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa.

A revista dedica-se ao estudo, à prática e à investigação no âmbito das Ciências da Educação ou das Ciências Sociais e Humanas com relevância para a área da Educação.

Âmbito e objetivos

A revista compreende os seguintes objetivos:

- Ser uma fonte de divulgação e de discussão internacional da produção atual de conhecimento no domínio das Ciências da Educação;
- Proporcionar a publicação de investigações de natureza científica realizadas no domínio das Ciências da Educação ou no domínio das Ciências Sociais e Humanas com relevância para a área da Educação;
- Promover a cooperação científica e profissional entre investigadores e profissionais da Educação portugueses e estrangeiros;
- Aprofundar a relação entre a teoria e a prática no domínio da Educação.

Propriedade

© Universidade Católica Editora, SA

Edição

Faculdade de Educação e Psicologia da UCP

Depósito legal

209818/04

ISSN

(impresso): 1645-4006 (online): 2186-4614

Contactos

Universidade Católica Portuguesa – Porto
(Campus Foz)
Rua Diogo Botelho, 1327 | 4169-005 Porto
Tel.: 22 619 62 00 | Fax: 22 619 62 91

Conselho de Edição

Diretor: Joaquim Azevedo – UCP
(jazevedo@porto.ucp.pt)
Assessora de edição: Cristina Palmeirão – UCP
(cpalmeirao@porto.ucp.pt)

Conselho Assessor Alejandro Tiana Ferrer (Diretor da *Revista Ibero Americana de Educação*); Angel García del Dujo (Univ. Salamanca); Antonio Bolívar Botía (Univ. Granada); Glória Ramalho (Inst. Sup. Psicologia Aplicada); Joaquim Machado de Araújo (UCP); Jorge Arroiteia (Univ. Aveiro); José Afonso Baptista (UCP); José Joaquim Matias Alves (UCP); José Júlio César do Nascimento Araújo (Instituto Federal do Acre) José Pedro Amorim (UP); Maria Cecília Sanchez Teixeira (Univ. São Paulo); Maria Suzana Menin (Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho); Marli André (PUC São Paulo); Menga Ludke (Univ. Cat. Petrópolis); Teresa Maria Sena de Vasconcelos (Inst. Sup. Polit. Lisboa); Vera Placco (PUC São Paulo)

Comité Científico Alejandro Tiana Ferrer (Diretor *Revista Ibero Americana de Educação*); Angel García del Dujo (Univ. Salamanca); Antonio Bolívar Botía (Univ. Granada); Cristina Palmeirão (UCP); Glória Ramalho (Inst. Sup. Psicologia Aplicada); Isabel Baptista (UCP); Isabel Menezes (Univ. Porto); João Amado (Univ. Coimbra); João Formosinho (Univ. Minho); Joaquim Coimbra (Fac. Psicologia e de Ciências da Educação da UP); Joaquim Machado de Araújo (UCP); Jorge Arroiteia (Univ. Aveiro); José Afonso Baptista (UCP); José Augusto Pacheco (Univ. Minho); José Cortes Verdasca (Univ. Évora); José Joaquim Matias Alves (UCP); José Lagarto (UCP); Luís Miguel Sebastião (Univ. Évora); Manuel Braga da Cruz (UCP); Maria Cecília Sanchez Teixeira (Univ. São Paulo); Maria do Carmo Clímaco (Univ. Lusófona); Maria do Céu Roldão (UCP); Maria Suzana Menin (Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho); Marli André (PUC São Paulo); Menga Ludke (Univ. Cat. Petrópolis); Miguel Santos Guerra (Univ. Málaga); Paulo Pereira (UCP); Roberto Carneiro (UCP); Rodrigo Queiroz e Melo (UCP); Ruben Cabral (UCP); Teresa Maria Sena de Vasconcelos (Inst. Sup. Polit. Lisboa); Vera Placco (PUC São Paulo)

Assinaturas bianuais Portugal e PALOP: 15 € Europa: 20 €
Brasil: US\$ 25 Preço avulso: 10 €

Toda a correspondência destinada à revista, incluindo pedidos de assinatura, pagamentos e alterações de endereço, deve ser dirigida a: Cristina Palmeirão (cpalmeirao@porto.ucp.pt); UCP | Rua Diogo Botelho, 1327, 4169-005 Porto

A ESCOLA ALIADA AO TERRITÓRIO – O CASO DA ESPROARTE, UMA EDUCAÇÃO QUE TOCA

*Catarina Nunes**

*José Francisco Dias***

*Luísa Orvalho****

RESUMO: Não obstante o importantíssimo trabalho social desempenhado pela escola ao longo dos anos, é hoje necessário (re)pensar o espaço público da educação e encará-lo enquanto um projeto de ação estrategicamente partilhado entre a escola, as famílias e outros atores sociais, culturais e políticos que operam num determinado território que, sem descurar os domínios e as missões específicas de cada um, são capazes de se aventurar num compromisso que é de todos. É com base nesta premissa que se pretende enfatizar o caso da ESPROARTE – Escola Profissional de Arte de Mirandela, um projeto visionário e vanguardista, cuja missão tem sido, ao longo de vinte e cinco anos de existência, estendido e partilhado com o meio envolvente e assumido de forma empreendedora e participada pelas organizações locais e sobretudo pelo município que potenciou a abertura de um novo ciclo cultural, não só na cidade de Mirandela, como em toda a região transmontana.

PALAVRAS-CHAVE: escola, território, ESPROARTE.

* Escola das Artes, Católica Porto | ESPROARTE – Escola Profissional de Arte de Mirandela (mcatarinanunes@gmail.com).

** ESPROARTE – Escola Profissional de Arte de Mirandela (zefranciscodias@hotmail.com).

*** UCP, Centro de Estudos de Desenvolvimento Humano | SAME | FEP – Católica Porto (lorvalho@porto.ucp.pt; luisa.orvalho@gmail.com).

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Não obstante o importantíssimo trabalho pedagógico-musical e social desempenhado pela escola ao longo dos anos, o excesso de missões que lhe foram sendo atribuídas teve como consequência o seu *transbordamento* (Nóvoa, 2006). Face à conjuntura atual, é hoje necessário (re)pensar o espaço público da educação de forma a que a escola se centre na sua verdadeira missão, a aprendizagem. Contudo, a exequibilidade de tal perspetiva implica, naturalmente, encarar a educação enquanto um projeto coletivo que assenta numa lógica de compromisso e responsabilidade partilhada e alicerçada numa cultura colaborativa entre a escola, as famílias e outros atores sociais, educativos e formativos (Nóvoa, 2006). É neste sentido que António Sampaio da Nóvoa (2009) sugere a celebração de um *novo contrato educativo* cuja responsabilidade é partilhada pela escola e por outras instâncias sociais. Não obstante a regulação nacional ter assumido um papel preponderante até há um passado relativamente recente, constata-se hoje, sobretudo por consequência da globalização, uma crescente influência da *regulação transnacional* (Barroso, 2015: 34) sobretudo através de normas, discursos e instrumentos uniformes. Contudo, apesar de a regulação nacional ser cada vez mais determinada por normativos externos, as políticas educacionais são, naturalmente, influenciadas pelos polos de ação do poder local, cujo processo, para além de prever a interação entre diferentes entidades no processo de normalização interna das escolas, implica o reforço da autonomia das escolas e da territorialização das políticas educativas.

A opção pela descentralização não significa desvalorização das vantagens da centralização na garantia de unidade de ação do Estado e na coordenação da atividade administrativa, mas sobretudo o reconhecimento da cada vez maior complexidade da sociedade, da incapacidade de os serviços centrais preverem, categorizarem e tipificarem todos os problemas a surgir a nível local e da inadequação de um modelo de resolução dos problemas apenas através da tomada de decisões uniformes para todo o território. (Machado, 2014: 14)

Contudo, “não basta atribuir responsabilidade às diversas entidades, é necessário que elas tenham uma palavra a dizer, que elas tenham capacidade de decisão sobre os assuntos educativos. A operacionalização desta ideia obrigará a equacionar formas de organização dos cidadãos, para o

exercício destas missões, designadamente através dos órgãos locais de governo” (Nóvoa, 2009: 14). Assim, “face a um Estado centralizador e em crise, que tem optado por gerir as escolas em aliança com os professores, começam a despontar não só os pais, mas sobretudo as autarquias e outros interesses sociais locais, que assumem assim crescentes competências” (Azevedo, 2015: 93) despotando um processo mais ajustado às circunstâncias. A este processo Barroso (2015) designa por multirregulação local da educação assente na lógica do poder local em que, no caso dos municípios, “a autarquia exerce a sua influência na organização e funcionamento da escola, quer atuando diretamente sobre os órgãos dirigentes quer indiretamente sobre o contexto de ação dos seus vários membros” (Barroso, 2015: 38), poder este que pode ser assumido e exercido numa lógica estrita de delegação de competências em que a centralidade do Estado é substituída e assegurada pela autarquia assente numa lógica de partilha e interação com as diferentes entidades envolvidas no processo educativo.

Neste sentido, a educação deve hoje ser encarada enquanto um projeto de ação estrategicamente partilhado entre a escola, as famílias e outros atores sociais, culturais e políticos que operam num determinado território que, não obstante os domínios e as missões específicas de cada um, são capazes de se aventurar num compromisso que é de todos. A abertura do sistema educativo e a criação de sinergias podem ser apontadas como os veículos capitais para uma conduta eficiente e eficaz da ação educativa (Almeida, 2014) assente na perspectiva de um “projeto educativo comum à escola e ao território” (Machado, 2005: 253). Para J. Pinhal (2014: 10), “a descentralização da educação para as autarquias locais pode corresponder a uma territorialização de base comunitária relevante se”, conforme estipula o artigo 3.º da Carta Europeia da Autonomia Local, o conceito de autonomia local for entendido como “o direito e a capacidade efetiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações uma parte importante dos assuntos públicos” (Conselho da Europa, 1985: 4248), envolvendo na coconstrução do Projeto Educativo os vários parceiros desse Território.

É com base nesta crença que pretendemos aqui enfatizar o caso singular da ESPROARTE – Escola Profissional de Arte de Mirandela, na região de Trás-os-Montes, cujo projeto educativo tem sido, ao longo dos vinte e cinco anos de existência, estendido e partilhado com o meio envolvente e assumido de forma empreendedora e participada pela autarquia local. É

um exemplo de integração da escola na região, cumprindo um dos propósitos do Projeto Educativo das Escolas Profissionais, nascido em 1989, em Portugal. A criação da ESPROARTE insere-se no “movimento descrito por uma inovação social e educacional” (Azevedo, 2008: 37), cujo “modelo institucional seguido no desenvolvimento do ensino profissional – as parcerias locais, a territorialização e autonomização das escolas, a estrutura modular – representa uma inovação que, no limite, desafia todo o modelo escolar convencional (Silva *et al.*, 1996: 18) – na opinião da Comissão de Avaliação, nomeada pelo Governo em 1996, para avaliar o subsistema das escolas profissionais.

2. ESPROARTE: A GÉNESE DE UM PROJETO EDUCATIVO DE SUCESSO

A Escola Profissional de Arte de Mirandela – ESPROARTE foi criada no ano de 1990 ao abrigo do Projeto Nacional de lançamento das Escolas Profissionais, uma iniciativa do Ministério da Educação, representado pelo GETAP – Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional, criado em outubro de 1988. Este projeto teve como entidade promotora a autarquia local, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de janeiro¹, que cria as escolas profissionais no âmbito do ensino não superior, com responsabilidade partilhada entre o Estado e a Sociedade Civil para a formação de recursos humanos qualificados “na ideia de que a formação é importante para a dinamização do tecido socioeconómico [...] e condição estratégica de desenvolvimento” (Marques, 1993)².

A ESPROARTE é um organismo de natureza privada, sem fins lucrativos, com autonomia pedagógica, administrativa e financeira para a lecionação do Curso Básico de Instrumento e Cursos Profissionais de Instrumentista de Cordas e de Tecla, de Sopros e de Percussão, dos níveis 2 e 4, respetivamente. O plano de estudos assenta na tríade curricular, componentes da área sociocultural, área científica e área técnica/artística e prática,

1 Este regime jurídico viria a ser revogado pelo Decreto-Lei 70/93, de 10 de março, que introduziu algumas alterações ao regime de criação e funcionamento das escolas profissionais. O Decreto -Lei 92/2014, de 20 de junho de 2014, estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, regulando a sua criação, organização e funcionamento, bem como a tutela e fiscalização do Estado sobre as mesmas.

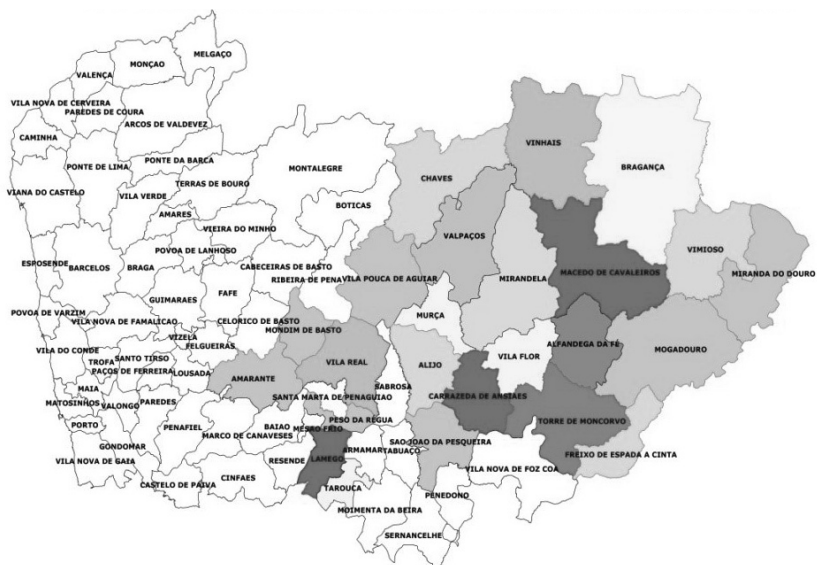
2 O Fundo Social Europeu surge como instrumento das políticas sociais, designadamente no financiamento das políticas de formação profissional, procurando atenuar as diferenças regionais e valorizando as regiões menos favorecidas.

que possibilita o desenvolvimento curricular integrado progressivamente ajustado às circunstâncias. A entidade proprietária é a Associação ARTEMIR – Associação de Ensino Profissional Artístico, criada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 4/98 de 8 de janeiro³, cuja direção resulta da parceria criada entre a autarquia local, a Câmara Municipal de Mirandela, e duas das mais emblemáticas instituições do concelho de Mirandela – a ACIM (Associação Comercial e Industrial de Mirandela) e a Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Mirandelenses –, perspetivando a afirmação, envolvimento e desenvolvimento da visão e da missão deste projeto que é a ESPROARTE. Os objetivos fundamentais passam por promover a valorização do indivíduo num processo educativo e formativo integral; promover a formação profissional de qualidade; estimular no aluno o gosto e a necessidade de aprender, respeitando o seu ritmo de aprendizagem, mas responsabilizando-o pela gestão do seu próprio percurso; estimular no corpo docente o gosto pela pesquisa de novas técnicas pedagógicas e estratégias de ensino, visando a otimização dos processos de ensino e aprendizagem; promover o trabalho em equipa como forma de rentabilizar os conhecimentos de cada membro; melhorar a qualidade de formação e a relação entre os atores envolvidos; e contribuir para o desenvolvimento da região em que está inserida, colmatando a inexistência de técnicos especializados nesta área.

Ao longo de vinte e cinco anos de existência, o prestígio do ensino ministrado na ESPROARTE tem vindo a ser amplamente reconhecido em território nacional e internacional. É de salientar que, até às alterações legislativas instituídas pelo regime geral de aplicação do Fundo Social Europeu (FSE) para a regulamentação específica das tipologias de intervenção ao nível do financiamento dos cursos de formação inicial de jovens – apoiada através do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), atual POC (Programa Operacional Capital Humano) –, candidataram-se e foram admitidos nesta escola, para além de centenas de alunos naturais da região, outros provenientes de zonas de todo o país e do estrangeiro. Atualmente, a ESPROARTE acolhe cerca de 168 alunos, provenientes de toda a região de Trás-os-Montes e Alto Douro (ver Figura 1, página seguinte) que se distribuem entre seis turmas do Curso Básico de Instrumento – Nível 2, que compreende os níveis de escolaridade do 7.º,

³ Este Decreto-Lei, do Ministério da Educação, estabelece o regime de criação, organização e funcionamento de escolas e cursos profissionais no âmbito do ensino não superior.

Figura 1.
Proveniência dos alunos da ESPROARTE, em percentagem por região



Mirandela	28,7%	Murça	2,0%
		Tarouca	2,0%
Valpaços	16,0%	Vila Flor	2,0%
Torre de Moncorvo	6,7%	Carrazeda de Ansiães	1,3%
		Lamego	1,3%
Bragança	5,3%	Macedo de Cavaleiros	1,3%
Alijó	4,0%	Almeida	0,7%
Chaves	4,0%	Amarante	0,7%
Freixo de Espada à Cinta	4,0%	Miranda do Douro	0,7%
Vimioso	4,0%	Mogadouro	0,7%
		Mondim de Basto	0,7%
Vila Real	3,3%	Peso da Régua	0,7%
Vinhais	3,3%	São João da Pesqueira	0,7%
		Vila Pouca de Aguiar	0,7%
Alfândega da Fé	2,7%		
Espanha	2,7%		

Fonte: Projeto Educativo da ESPROARTE.

8.º e 9.º anos, e seis turmas dos cursos profissionais de Instrumentista de Cordas e de Tecla e Instrumentista de Sopros e de Percussão – Nível 4, ao nível da educação secundária de 10.º, 11.º e 12.º anos, perfazendo um total de doze turmas distintas.

Trata-se, portanto, de uma instituição que tem vindo a constituir-se como um núcleo inovador de ensino e aprendizagem especializado da música, na região transmontana, dinamizador de uma educação artística e de uma cultura musical cosmopolita. A escola tem criado condições para a mobilidade de jovens músicos, de artistas/intérpretes, perspetivando a atividade artística como mais um setor da atividade produtiva e como um fator de inclusão e coesão sociais, em permanente diálogo e articulação com as comunidades locais e promovendo a parceria e a articulação em rede com outras instituições nacionais.

A génese da implantação do Projeto Educativo das Escolas Profissionais num contexto favorável de participação e contratualização representou uma das mais profundas e significativas inovações no Sistema Educativo Português. O modelo decisional para a qualificação dos jovens na região de Trás-os-Montes, do qual emergiu a criação da ESPROARTE, teve a sua expressão máxima no parceria socioeducativo, atendendo à área de formação em questão – as Artes do Espetáculo. Uma escola que desde a sua criação pretendeu, e pretende, responder ao paradigma que Joaquim Azevedo (2010) classifica de “escolas dirigidas ao trabalho escolar e não ao consumo (ao ‘tem de ser’) e à passividade, escolas locais-de-trabalho, escolas onde se [aprende] ativa e permanentemente”, na certeza de que pode contar com a dedicação, a ousadia e a coragem de muitos profissionais e a mobilização simultânea de atores e instituições culturais e sociais locais, em todo este vasto território do interior.

3. OS DESAFIOS E AS CONQUISTAS DE UM PROJETO IMPULSIONADOR DA MUDANÇA

Na conjuntura cultural de há mais de duas décadas, a criação de uma escola profissional de música numa zona geográfica afastada dos grandes centros que, para além da evidente carência de dinamismo artístico, traria sérias dificuldades no que respeita ao recrutamento de professores devidamente qualificados nesta área de formação, constituiu os principais desafios e fatores de risco para o desenvolvimento deste projeto ambicioso, quase utópico e demasiado à frente do seu tempo. Não obstante os riscos de ordens várias

inerentes a qualquer iniciativa pioneira, a inexistência total de escolas de música devidamente autorizadas pelo Ministério da Educação em todo o distrito de Bragança e o aproveitamento de instalações já existentes no Centro Cultural de Mirandela, com características apropriadas e absolutamente disponíveis, foram as razões primárias que fundamentaram e reforçaram a criação da ESPROARTE, um projeto visionário e vanguardista que tem vindo desde a sua fundação a constituir um polo de desenvolvimento cultural para a região.

Neste sentido, é de salientar que uma parte muito significativa desta ambição foi já materializada. Note-se que, se numa fase inaugural, dada a inexistência de profissionais portugueses qualificados para o efeito, foi essencial recorrer à contratação de professores estrangeiros, que durante anos representaram a esmagadora maioria do corpo docente nas áreas científica e técnica/artística, atualmente essa realidade é radicalmente distinta. Estes professores representam apenas 20,5% do total do corpo docente da escola, presentemente constituído por vários diplomados, ex-alunos que se responsabilizam pela educação de crianças e jovens que ocupam hoje um lugar nas salas de aula desta escola que outrora foram suas – prestígio este que é igualmente reconhecido por outras instituições da região que contam com uma considerável percentagem de ex-alunos da ESPROARTE a assumir funções docentes e cargos de chefias.

A ESPROARTE abriu um novo ciclo cultural, não só em Mirandela, como em toda a região transmontana, e tal situação só se verifica porque houve, efetivamente, uma aposta na transferência de competências, na partilha de responsabilidades e no alargamento da área de intervenção do município na educação. Com efeito, desde a primeira hora, o município assumiu como “seus” todos os jovens da região que, de outra forma, se veriam impedidos de enveredar pelo ensino da música e de abraçar uma carreira profissional neste domínio artístico. A inserção da escola ESPROARTE na região e a iniciativa dos atores, enquanto promotores diretos ou como geradores de iniciativa ao nível regional, têm permitido responder a um conjunto vastíssimo de problemas, através de um processo contínuo de enriquecimento de soluções preconizadas. Por exemplo, atualmente, a Residência de Estudantes funciona exclusivamente para os alunos desta escola provenientes de várias zonas geográficas externas à cidade, constituindo esta uma valência absolutamente fundamental e imprescindível para o exercício dos cursos ministrados na ESPROARTE. Para além destas, há ainda que salientar outras conquistas que valorizam a nossa escola

enquanto cartaz cultural da cidade e da região refletido nas centenas de concertos realizados pelas várias formações de conjuntos instrumentais. Para além de terem permitido as primeiras audições de repertório célebre da história da música ocidental em terras transmontanas, estes conjuntos potenciaram a materialização de ações de sensibilização artística e musical através de inúmeros concertos didáticos realizados em escolas, associações e outras entidades sociais e políticas de toda a região. É igualmente fundamental destacar a heterogeneidade da prática orquestral desenvolvida, através de um trabalho articulado, na mesma formação de alunos de vários níveis de ensino. A Orquestra ESPROARTE é o reflexo máximo desta conceção, e a excelência do seu trabalho já conduziu à gravação de quatro CD, onde consta algum do repertório trabalhado nos regulares estágios protagonizados pelos nossos alunos e orientados por insignes maestros do meio musical nacional e internacional. Esta formação acompanhou, naturalmente, o crescimento da escola. Note-se que na gravação do primeiro disco, em abril de 1996, no *Banff Centre for the Arts*, no Canadá, a orquestra era composta exclusivamente por um escasso número de alunos instrumentistas de cordas; em 2008 a gravação do quarto disco contou já com uma formação muitíssimo mais alargada e heterogénea onde foram incluídas autênticas obras-primas do repertório sinfónico. Podemos hoje afirmar que, contemplando o trabalho pedagógico realizado durante os vários anos letivos, a Orquestra Sinfónica ESPROARTE, constituída por alunos dos níveis 2 e 4, se tem manifestado enquanto agente fundamental para o desenvolvimento e a consolidação de uma notória atividade cultural, educacional e de divulgação musical, que inclui inúmeras apresentações em espetáculos públicos locais, regionais, nacionais e internacionais. Garante-se assim que todos os seus alunos, aspirantes a músicos profissionais, usufruam do trabalho realizado com maestros e solistas de renome nacional e internacional, bem como desfrutem do privilégio de uma preparação adequada para a vida ativa futura.

Não obstante os vários projetos desenvolvidos no âmbito das disciplinas que integram os planos curriculares do ensino artístico da música, que primam pelo cruzamento de experiências e saberes e muito têm contribuído para o sucesso escolar dos nossos alunos, há que destacar o desafio colocado em dezembro de 2009 pela Fundação EDP, que, consciente desta realidade e reconhecendo o *know-how* acumulado na ESPROARTE, bem como o mérito de um corpo docente experiente com sensibilidade e capaz de abraçar qualquer desafio no âmbito do ensino da música, promoveu

a criação de uma orquestra de jovens em Mirandela, inspirada na experiência venezuelana para o ensino da música, conhecida por *El Sistema – Sistema Nacional de Orquestras Juvenis e Infantis* da Venezuela, idealizado e criado em 1975, por José António Abreu.

O sucesso desta iniciativa levou à implementação de outros projetos absolutamente dignos de destaque. Neste contexto deve salientar-se um outro desafio, que não só ultrapassou as paredes da sala de aula e da própria escola, como transpôs as fronteiras da música erudita, incidindo no estudo da música tradicional. Tal iniciativa foi levada a cabo no ano letivo 2014-2015 e surgiu no âmbito de um projeto intitulado *MemTua – Escolas*, financiado pela fundação EDP. Pretendeu reunir através do levantamento sistemático realizado por alunos das várias escolas dos cinco concelhos do Vale do Tua (Mirandela, Vila Flor, Murça, Carrazeda de Ansiães e Alijó) informações e dados sobre práticas culturais que se manifestaram e, em alguns casos, ainda se manifestam nesta zona geográfica. Sendo a ESPROARTE uma escola profissional de música, e a par do projeto educativo em vigor, foi realizado um trabalho de levantamento sobre as práticas musicais da região protagonizado pelos alunos das turmas do 1.º (10.º) e 2.º (11.º) anos dos cursos profissionais, perfazendo um total de 56 alunos participantes que foram desafiados a olhar à sua volta e a aprender sobre as práticas musicais que estão ao nosso alcance, que fazem parte do contexto envolvente, mas que tantas vezes se veem subestimadas. Para além de potenciar a multiplicidade de experiências fecundas à aprendizagem, esta colaboração permitiu a consciencialização de todos os alunos envolvidos para a necessidade de preservar, conhecer e valorizar o património cultural com incidência em tudo aquilo que diga respeito à música do meio envolvente. Neste sentido, podemos afirmar que todo este fervilhar de parcerias só foi possível graças à visão e sensibilidade de todos os atores envolvidos que, apesar de estarem conscientes das dificuldades – que quase parecem intransponíveis –, acreditam na implementação de um projeto necessário ao território.

Não obstante os resultados de excelência – decorrentes de um projeto educativo centrado na aprendizagem e do notável trabalho pedagógico realizado ao longo de mais de duas décadas de existência – que se traduzem no elevado número de diplomados da ESPROARTE, cujo sucesso alcançado permite que atualmente estes ocupem assinaláveis cargos a nível nacional e internacional, esta escola é, como todas as outras, um

projeto em constante, contínua e permanente construção e atualização. Com base nesta premissa, transversal ao corpo docente e à direção da escola, por estarmos conscientes de que a nossa verdadeira missão é potenciar a aprendizagem dos nossos alunos, a Escola Profissional de Arte de Mirandela pretende dar seguimento à linha de ação pedagógica que vem norteando a sua atividade desde o seu primeiro ano de funcionamento, a partir da qual se têm obtido bons resultados pedagógicos, artísticos e musicais. Pretende-se também prosseguir a colaboração com as instituições pedagógicas, culturais e humanitárias da região, com o objetivo de continuar a exercer uma intensa atividade cultural e a contribuir para o desenvolvimento cultural e artístico da região em que a escola está inserida. Para concretizar todos estes objetivos, é inteiramente necessário que continue a existir uma coerente e empenhada conjugação de esforços materiais e humanos de todos os intervenientes diretos e indiretos na vida da ESPROARTE, cuja sensibilidade e vontades inquebrantáveis, sobretudo por parte da autarquia local, permitem dar continuidade ao projeto educativo e formativo de uma escola que se tornou modelar e se revestiu da maior importância para a cidade de Mirandela e para toda a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, contribuindo para que a formação profissional represente um fator estratégico de desenvolvimento sustentado aos níveis local e regional.

O momento é, no entanto, de enorme expectativa, pois estamos convictos de que o Programa Aproximar Educação, com a descentralização, por via da delegação contratual, de competências na área da educação e formação dos serviços centrais do Estado para os municípios, e envolvendo a necessária articulação estratégica de cooperação entre o sistema educativo e o sistema económico, abre perspectivas para um mais amplo espaço de participação dos parceiros sociais e um novo campo potencial de inovação. Isto porque o Programa “reconhece, respeita e pode mesmo aprofundar a autonomia e diversidade das unidades orgânicas (Agrupamentos de Escolas e Escolas), [...] a responsabilidade dos municípios no compromisso com a educação, reconhecidos, não só pelos resultados escolares, pelo desenvolvimento humano, mas também pelos seus valores” (SEAL, 2015: 2).

Referências bibliográficas

- Almeida, V. (2014). Projetos educativos municipais e promoção do sucesso educativo. In Joaquim Machado e José Matias Alves (Org.), *Município, Território e Educação. A administração local da educação e da formação* (pp. 25-31). Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Azevedo, J. (2008). Escolas Profissionais: uma inovação educacional que viajou da margem para o centro. In *Revista Propuesta Educativa*, n.º 30, novembro (pp. 37-55). Argentina: FLACSO-Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales.
- Azevedo, J. (2010). Novos profissionais da educação e formação: é preciso recomeçar enquanto continuamos a caminhar. In *Os Novos Profissionais da Educação e Formação para o Trabalho. Desafios e exigências da aprendizagem ao longo da vida*, ed. IEFP – Actas do XII Congresso Internacional de Formação para o Trabalho Norte de Portugal e Galiza, 19-24. Porto: IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional.
- Azevedo, J. (2015). Descentralização administrativa e autonomia das escolas. 2015: o ano em que se dá mais um passo em frente?. In J. Machado (Org.), *Atas do I Seminário Internacional Educação, Território e Desenvolvimento Humano* (pp. 90-106) v. 1. Porto: Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa.
- Barroso, J. (2015). Estado e regulação da educação. In J. Machado (Org.), *Atas do I Seminário Internacional Educação, Território e Desenvolvimento Humano* (pp. 31-41) v. 1. Porto: Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa.
- Conselho da Europa (1985). Carta Europeia da Autonomia Local. DR. I Série, n.º 245, de 23-10-1990.
- Machado, J. (2005). Cidade educadora e coordenação local da educação. In J. Formosinho, A. S. Fernandes, J. Machado e F. I. Ferreira. *Administração da Educação: Lógicas burocráticas e lógicas de mediação* (pp. 225-264). Porto: Edições ASA.
- Machado, J. (2014). Descentralização e administração local: Os municípios e a educação. In Joaquim Machado e José Matias Alves (Org.), *Município, Território e Educação. A administração local da educação e da formação* (pp. 39-56). Porto: Universidade Católica Editora.
- Marques, M. (1993). *O Modelo Educativo das Escolas Profissionais: Um campo potencial de inovação*. Lisboa: Educa Formação.
- Nóvoa, A. (2006). *Debate Nacional sobre Educação*. Conferência apresentada na Assembleia da República, 22 de maio de 2006.
- Nóvoa, A. (2009). Educação 2021: Para uma história do futuro. *Revista Ibero-Americana de Educação*, n.º 49, jan.-abril, pp. 181-199.
- Pinhal, J. (2014). In Machado, J. & Matias, J. Alves (Coords). *Município, Território e Educação. A administração local da educação e da formação* (pp. 8-14) Porto: Universidade Católica Editora.

SEAL (2015). *PAE: Programa Aproximar Educação. Descentralização de competências na área da educação – Contrato de Educação e Formação Municipal. Memorando de trabalho*. Lisboa: SEAL. Disponível em <http://www.sipe.pt/doc.php?co=538> [consultado em 16 de novembro de 2015].

Silva, J. M.; Silva, A. S.; Fonseca, J. M. P. (Coord.) (1996). *Avaliação do Sistema das Escolas Profissionais*. Lisboa: Editorial Ministério da Educação.

ABSTRACT: Regardless of the extremely important social work that the school is putting into action through all these years, it is today necessary to (re)think about the public space of education and face it as a project of action strategically shared within the school, families and other social, cultural and political actors that operate in a certain territory that, without neglecting each other's specific missions and domains are yet able to venture on a commitment which is everyone's. It is based on this aim that one wants to emphasise the case of the ESPROARTE - Professional School of Art of Mirandela, a visionary and avant garde project, during these 25 years of existence, which has been extended and shared in the surroundings and seen from an entrepreneurial way as well as it has gotten support from the local organizations and, above all, from the municipality that provided the opening of a new cultural cycle, not only in the city of Mirandela but in the entire region.

KEYWORDS: school, territory, ESPROARTE.